

ATRIUM INVESTIMENTOS - SFC, SA

RELATÓRIO E CONTAS 2010

ATRIUM Investimentos - SFC, S.A.

Sede: Avenida da República, 35 - 2.º andar, 1050-186 Lisboa

Capital Social: Euro 3.742.109

Pessoa Colectiva n.º 504 312 189

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 504 312 189

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Em 2010, as taxas de juro de curto prazo continuaram a níveis muito baixos, tendo a Euribor de 3 meses atingido um mínimo histórico de 0,6%. As restantes classes de activos registaram rendibilidades positivas, mas muito modestas. O índice de obrigações governamentais a 10 anos em euros subiu 2%, e o índice de obrigações de empresas *iBOXX Euro Corporate* apreciou-se 4,7%. No que respeita a acções, o índice *MSCI World* subiu 7,8%, mas o índice de acções europeias Eurostoxx 50 caíu 5,8%, reflectindo o pior desempenho da zona europeia. As acções portuguesas caíram 10,3%, ainda assim um dos desempenhos menos negativos dos países da Europa periférica em que Portugal se integra.

Este enquadramento condicionou naturalmente as carteiras de clientes geridas pela sociedade. Entre as carteiras de clientes particulares, as carteiras dos perfis “Estratégico” e “Dinâmico”, geridas com uma preocupação de preservação do capital e com baixos níveis de volatilidade, tiveram rendibilidades de, respectivamente, 3,6% e 4,0%. Por seu turno, o perfil “Acções” teve uma rendibilidade próxima de 0%, condicionado pela evolução dos mercados europeus de acções.

O valor dos activos sob gestão da sociedade passou de 821 milhões de euros para 914 milhões de euros, crescendo cerca de 11% face ao final do ano anterior. Este crescimento de 11% é superior ao estimado para o sector da gestão de activos financeiros em Portugal.

De entre os mandatos institucionais, merecem uma referência os fundos de investimento não harmonizados cujas carteiras são geridas pela sociedade.

A sociedade gere as carteiras de dois fundos de fundos imobiliários que, em conjunto, têm um capital subscrito de cerca de 235 milhões de euros. Entre os investidores nestes fundos encontram-se alguns dos principais investidores institucionais da nossa praça.

A sociedade gere também as carteiras de sete fundos de investimento não harmonizados, que prosseguem diferentes estratégias, e cujos activos líquidos globais ascendiam a cerca de 250 milhões de euros no final do ano.

Resultados de exploração

O produto bancário atingiu cerca de 14 milhões de euros. Para o seu crescimento face ao ano anterior, foi determinante o aumento dos rendimentos de serviços e comissões. Em

contrapartida, os custos com pessoal e os gastos gerais administrativos registaram uma redução face ao ano anterior. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 7,8 milhões de euros.

Políticas de gestão dos riscos de actividade

No desenvolvimento da sua actividade, a sociedade cultiva uma postura geral de prudência e estabelece políticas para a gestão dos principais riscos em que incorre, merecendo uma atenção especial todos os que se relacionam com a salvaguarda dos patrimónios dos clientes. Assim, e por forma a minimizar o risco de contraparte, a sociedade cumpre com elevada diligência o dever de escolha e avaliação dos custodiantes do dinheiro e dos instrumentos financeiros. Para além disso, a sociedade estabeleceu um conjunto de políticas e procedimentos que visam reduzir o risco operacional e o risco dos sistemas de informação, e preservar a segurança dos dados, incluindo, designadamente, um plano de continuidade em caso de acidentes.

Outras informações

O Conselho de Administração não concedeu quaisquer autorizações a negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, é de referir que a sociedade não tinha, no final do exercício, quaisquer dívidas em mora à Segurança Social.

Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 7.763.501,05 euros seja aplicado da seguinte forma:

- 776.351,00 euros para reserva legal;
- 6.987.150,05 euros para dividendos.

Notas finais

O Conselho de Administração pretende expressar o seu muito apreço aos Clientes da sociedade, pela confiança com que nos distinguiram. Pretende também agradecer ao Banco de Portugal, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e ao Fiscal Único, pelo permanente

acompanhamento dado à gestão da sociedade. A finalizar, pretende ainda testemunhar o seu reconhecimento ao corpo de colaboradores que, com o seu entusiasmo e profissionalismo, contribuíram de forma determinante para a afirmação do projecto da sociedade.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2011

O Conselho de Administração



João Carlos Peça Nunes da Fonseca
Presidente



António Manuel Baptista dos Santos Almeida
Vogal



Mário Luís Cruz Dias Vigário
Vogal

Participações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

(N.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2009</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2010</u>
João Carlos Peça Nunes da Fonseca	0	-	-	0
António Manuel Baptista dos Santos Almeida	0	-	-	0
Mário Luís Cruz Dias Vigário	0	-	-	0
Patrício, Moreira Valente & Associados, SROC				
- Carlos de Jesus Pinto de Carvalho	0	-	-	0
Fernando Luís Correia da Silva	0	-	-	0

Lista de accionistas

(N.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

	<u>N.º de acções detidas em 31.12.2010</u>
Atrium Investimentos - SGPS, SA	974.463
Acções próprias	<u>94.711</u>
Total	1.069.174

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (NCA)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2010		31.12.2009	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		2.201,19	0,00	2.201,19	1.896,55
Disponibilidades em outras instituições					
de crédito	2	60.035.280,81	0,00	60.035.280,81	42.092.466,65
Activos financeiros detidos para negociação	3	7.572.447,63	0,00	7.572.447,63	2.929.121,63
Activos financeiros disponíveis para venda	4	0,00	0,00	0,00	145.900,25
Aplicações em instituições de crédito	5	0,00	0,00	0,00	3.800.734,38
Investimentos detidos até à maturidade	6	74.697,89	5.157,91	69.539,98	81.572,02
Outros activos tangíveis	7	497.373,40	345.977,80	151.395,60	106.599,41
Activos intangíveis	8	217.207,51	210.876,28	6.331,23	10.540,18
Outros activos	9,10	31.826.985,42	154.943,62	31.672.041,80	29.971.586,53
Total de Activo		100.226.193,85	716.955,61	99.509.238,24	79.140.417,60
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO					
Passivos financeiros detidos para negociação				0,00	4.780,05
Recursos de outras instituições de crédito	11			457.405,67	250,18
Provisões	10			22.021,98	1.293,63
Outros passivos	12			85.173.119,60	67.642.903,80
Total de Passivo				85.652.547,25	67.649.227,66
Capital	13			3.742.109,00	3.742.109,00
Prémios de emissão	13			3.176,16	3.176,16
Acções próprias	13			-3.566.698,54	-3.566.698,54
Outras reservas e resultados transitados	13			5.914.603,32	5.314.372,69
Resultado do exercício	13			7.763.501,05	5.998.230,63
Total de Capital				13.856.690,99	11.491.189,94
Total de Passivo + Capital				99.509.238,24	79.140.417,60

A Técnica Oficial de Contas

Andree Melo

O Conselho de Administração

Carolina Antunes

*Asserme da
 Silva*

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2010	31.12.2009
Juros e rendimentos similares	14	166.986,72	738.407,42
Juros e encargos similares	14	-1.094,94	-14.863,07
Margem financeira		<u>165.891,78</u>	<u>723.544,35</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	15	0,00	118.938,80
Rendimentos de serviços e comissões	16	14.232.410,40	10.449.168,17
Encargos com serviços e comissões	16	-620.362,79	-416.277,28
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	17	-121.516,84	474.413,91
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	15	-120.605,65	0,00
Resultados de reavaliação cambial		57.809,05	-359.293,93
Outros resultados de exploração	18	150.924,23	-33.905,47
Produto bancário		<u>13.744.550,18</u>	<u>10.956.588,55</u>
Custos com pessoal	19	-1.034.311,68	-1.128.073,17
Gastos gerais administrativos	20	-1.524.226,02	-1.593.505,10
Amortizações do exercício	7,8	-50.848,70	-50.389,07
Provisões líquidas de reposições e anulações		-20.728,35	2.546,93
Correcções valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-152.417,40	-2.072,47
Imparidade de outros activos financeiros Líquida de reversões e recuperações		-5.157,91	0,00
Resultado antes de impostos		<u>10.956.860,12</u>	<u>8.185.095,67</u>
Impostos Correntes	21	-3.193.359,07	-2.186.865,04
Resultado após impostos		<u>7.763.501,05</u>	<u>5.998.230,63</u>
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		<u>7.763.501,05</u>	<u>5.998.230,63</u>

A Técnica Oficial de Contas

Andree Melo

O Conselho de Administração

[Signature]
Andree Melo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Ações próprias	Reserva Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Capital Próprio
Saldos em 31.12.2008	3.742.109,00	3.176,16	-3.306.146,30	715.598,00	6.738.794,33	0,00	10.309.613,61	18.203.144,80
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	1.030.962,00	9.278.651,61	-	-10.309.613,61	0,00
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-12.450.000,00	-	-	-12.450.000,00
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra / alienação de ações próprias	-	-	-260.552,24	-	366,75	-	-	-260.185,49
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	5.998.230,63	5.998.230,63
Saldos em 31.12.2009	3.742.109,00	3.176,16	-3.566.698,54	1.746.560,00	3.567.812,69	0,00	5.998.230,63	11.491.189,94
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas	-	-	-	599.824,00	5.398.406,63	-	-5.998.230,63	0,00
Distribuição de dividendos / reservas	-	-	-	-	-5.398.000,00	-	-	-5.398.000,00
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Compra / alienação de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	7.763.501,05	7.763.501,05
Saldos em 31.12.2010	3.742.109,00	3.176,16	-3.566.698,54	2.346.384,00	3.568.219,32	0,00	7.763.501,05	13.856.690,99

A Técnica Oficial de Contas

André Melo

O Conselho de Administração

Carlos António
Assembleia de
Administradores

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A sociedade tem por objecto a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, bem como quaisquer outras operações que legalmente lhe sejam permitidas. A sua actividade encontra-se legalmente definida no Decreto-Lei n.º 262/2001, de 28 de Setembro, no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, e no Código dos Valores Mobiliários.

A sociedade foi constituída em 1999, como sociedade corretora, com a designação de “Investimento Directo - Sociedade Corretora, S. A.”. Em 2000, foi transformada em sociedade financeira de corretagem, tendo adoptado a designação “Investimento Directo - Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.”, designação que em 2004 veio a ser alterada para “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.”. Em 2005, teve lugar a fusão por incorporação da sociedade “Portfolio Managers - Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.” na “Atrium Investimentos - Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.”.

Nos termos da alínea a) do n.º 7 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 103/2007, de 3 de Abril, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, a sociedade está sujeita à supervisão em base consolidada com base na situação financeira da Atrium Investimentos – SGPS, S.A.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, através do disposto no Aviso n.º 1/2005, n.ºs 2.º e 3.º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com um conjunto de excepções, das quais a única relevante no caso da sociedade é a eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros.

1.2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas e critérios valorimétricos:

a) Especialização dos exercícios

Os gastos e os rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os mesmos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, sendo registados por contrapartida das correspondentes contas de regularização.

b) Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O reconhecimento do valor de aquisição é efectuado na data da compra pelo valor do bem acrescido do IVA que não seja dedutível, pela aplicação da percentagem provisória do pró-rata, de acordo com o artigo 23.º do CIVA. No final do exercício procede-se à regularização, directamente nas contas do imobilizado, do IVA suportado de acordo com a percentagem definitiva do pró-rata.

As depreciações são feitas de acordo com as taxas máximas definidas pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, em regime de duodécimos.

De acordo com o artigo 33.º do Código do IRC, as depreciações dos elementos do activo, adquiridos a partir de dia 1 de Janeiro de 2010, cujos custos unitários não ultrapassem os 1.000 euros são efectuadas na totalidade no período de tributação do respectivo custo de aquisição.

c) Activos financeiros detidos para negociação

São considerados activos financeiros detidos para negociação, aqueles que são adquiridos com a principal finalidade de venda num prazo muito próximo. Os títulos de rendimento variável são valorizados à cotação de mercado.

d) Investimentos detidos até à maturidade

São considerados investimentos detidos até à maturidade os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinada, relativamente aos quais exista intenção e capacidade de deter até ao vencimento.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença entre o valor de aquisição e o valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto apurado no momento da compra, é diferida e reconhecida em resultados de forma escalonada no período que decorre entre a data da compra e a data de vencimento. Os juros decorridos são reconhecidos como proveitos.

e) Moeda estrangeira

Os elementos contidos nas demonstrações financeiras que estejam ou tenham estado na sua origem expressos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda nacional, o euro, tendo por base as taxas de câmbio de fecho nos dias das transacções e no último dia de cada mês. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

f) Provisões para riscos de crédito e risco-país

As provisões são constituídas de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e incluem:

- Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como dedução às respectivas rubricas do activo, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 1% e 100% sobre os saldos de crédito e juro vencidos, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias;
- Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, evidenciada no passivo, na rubrica “Provisões para riscos gerais de crédito”, correspondente a 1% do total do crédito não vencido concedido pela sociedade, incluindo o representado por garantias;
- Uma provisão para risco-país calculada de acordo com a lista da classificação dos países e territórios segundo o grau de risco.

g) Valores mobiliários de clientes recebidos em depósito

Os valores mobiliários dos clientes recebidos em depósito encontram-se registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor de cotação.

h) Impostos sobre lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados pode englobar os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

2. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Disponibilidades em instituições de crédito		
Por conta de clientes		
Caixa Geral de Depósitos	1.685.395,95	21.734.602,49
Banco BPI	3.170.565,62	5.473.501,07
Banco Santander Totta	1,88	3.418.866,60
Deutsche Bank	44.601.750,25	2.750.334,34
Newedge Group (UK Branch)	6.524.440,61	8.401.136,75
BNP Paribas Securities Services	3.738.927,10	0,00
Por conta própria	309.974,74	301.839,28
Juros a receber	4.224,66	12.186,12
	<u>60.035.280,81</u>	<u>42.092.466,65</u>

3. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Natureza e espécie	31.12.2010		
	Cotação	Quantidade	Balço
Títulos			
Emitidos por residentes			
Instrumentos de dívida			
De outros residentes			
Dívida não subordinada			
CGD 5,125% 02/2014	92,54%	350.000,000	323.880,90
REN 6,375% 12/2013	107,07%	100.000,000	107.070,30
Instrumentos de capital			
Unidades de participação			
Logística e Distribuição - FII	6,26	3,000	18,77
Vision Escritórios - FII	4,52	653,000	2.952,67
Emitidos por não residentes			
Instrumentos de dívida			
De emissores públicos estrangeiros			
Bund 1,25% 16/12/2011	1,01	2.000.000,000	2.012.260,00
Hellenic Republic 4,5% 20/09/37	0,54	31.329,000	16.912,96
Hellenic Republic 6% 19/07/19	0,65	2.015,000	1.313,72
Irish Government 5% 18/10/2020	0,74	8.845,000	6.577,67
De outros não residentes			
SG 3Y Note on 4 Indices 06/2011	69,65%	562.530,560	391.802,54
Instrumentos de capital			
Unidades de participação			
Azimuth € May/2009	1.041,07	388,034	403.970,71
BNP InstiCash EUR	115,68	5.417,898	626.740,79
BlueBay Grade Bond	136,64	58,110	7.940,15
Compass Fund - EUR	10,13	59.211,065	599.654,14
Deka GeldmarktGarant	5.628,47	116,203	654.045,12
DWS Inst EUR Money P	13.830,06	47,702	659.717,35
Gems LowVol €Reserve	1.074,39	2,062	2.215,61
Gems Recov €Reserve	1.305,50	7,457	9.734,85
Iceberg EUR	1.603,85	0,889	1.425,98
LF Holdings SP €A	36,88	118,307	4.363,38
Pictet Money Market	1.002,06	549,480	550.612,32
PREFF - Class D	80,67	851,110	68.659,06
Quadrant € Jan/10	1.031,70	500,000	515.852,30
Sextant € Jan/10	1.042,04	500,000	521.018,25
Sel. ARV MC C 2009 €	105,47	484,537	38.215,31
Sub total			<u>7.526.954,85</u>
Instrumentos derivados com justo valor positivo			
Currency Forwards			45.492,78
Total			<u><u>7.572.447,63</u></u>

No quadro seguinte, compara-se o valor por que estão contabilizados os “Activos financeiros detidos para negociação” com o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição.

Activos	31.12.2010		
	Valorização		
	Contabilístico	Aquisição	Diferença
CGD 5,125% 02/2014	323.880,90	357.394,10	-33.513,20
REN 6,375% 12/2013	107.070,30	103.510,00	3.560,30
Logística e Distribuição - FII	18,77	16,14	2,63
Vision Escritórios - FII	2.952,67	2.951,30	1,37
Bund 1,25% 16/12/2011	2.012.260,00	2.010.860,00	1.400,00
Hellenic Republic 4,5% 20/09/37	16.912,96	17.044,11	-131,15
Hellenic Republic 6% 19/07/19	1.313,72	1.313,72	0,00
Irish Government 5% 18/10/2020	6.577,67	6.990,11	-412,44
SG 3Y Note on 4 Indices 06/2011	391.802,54	508.784,60	-116.982,06
Azimuth € May/2009	403.970,71	388.334,13	15.636,58
BNP InstiCash EUR	626.740,79	626.211,82	528,97
BlueBay Grade Bond	7.940,15	7.994,77	-54,62
Compass Fund - EUR	599.654,14	564.873,56	34.780,58
Deka GeldmarktGarant	654.045,12	652.959,92	1.085,20
DWS Inst EUR Money P	659.717,35	658.803,55	913,80
Gems LowVol €Reserve	2.215,61	2.488,44	-272,83
Gems Recov €Reserve	9.734,85	10.309,32	-574,47
Iceberg EUR	1.425,98	1.670,60	-244,62
LF Holdings SP €A	4.363,38	4.047,05	316,33
Pictet Money Market	550.612,32	550.474,92	137,40
PREFF - Class D	68.659,06	81.709,13	-13.050,07
Quadrant € Jan/10	515.852,30	500.000,00	15.852,30
Sextant € Jan/10	521.018,25	500.000,00	21.018,25
Sel. ARV MC C 2009 €	38.215,31	46.139,57	-7.924,26
	<u>7.526.954,85</u>	<u>7.604.880,86</u>	<u>-77.926,01</u>

4. ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por não residentes		
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment, S.A.	0,00	145.900,25
	<u>0,00</u>	<u>145.900,25</u>

5. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 2010 a sociedade optou por não ter aplicações em depósitos a prazo. Em 2009 a sociedade detinha depósitos a prazo, com maturidade até um ano, em Instituições de crédito no país de 3.800.734,38 euros.

6. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Natureza e espécie	31.12.2010		
	Cotação	Quantidade	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida			
De dívida pública			
Obrigações do Tesouro			
O.T. Setembro/2013 (OTEGOE)	101,81	22.600	23.313,40
O.T. Outubro/2016 (OTE6OE)	91,51	50.000	50.607,39
Juros a receber			777,10
			<u>74.697,89</u>

No quadro seguinte, compara-se o valor por que estão contabilizados os “Investimentos detidos até à maturidade” com o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado.

Activos	31.12.2010		
	Valorização		
	Contabilístico	Valor de Mercado	Diferença
OT Setembro/2013 (OTEGOE)	23.313,40	23.008,38	305,02
OT Outubro/2016 (OTE6OE)	50.607,39	45.754,50	4.852,89
Juros a receber	777,10	777,10	-
	<u>74.697,89</u>	<u>69.539,98</u>	<u>5.157,91</u>

No quadro seguinte, indicam-se os montantes ainda não imputados a resultados, respeitantes a “Investimentos detidos até à maturidade” adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso.

Títulos	31.12.2010			
	Ajustamentos de capital			
	Valor Aquisição	Reembolso	Imputados	Não Imputados
OT Setembro/2013 (OTEGOE)	25.020,08	22.600,00	-1.706,68	-713,40
OT Outubro/2016 (OTE6OE)	51.055,00	50.000,00	-447,61	-607,39
	<u>76.075,08</u>	<u>72.600,00</u>	<u>-2.154,29</u>	<u>-1.320,79</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a sociedade tinha assumido compromissos, no montante de 95,884.16 euros, perante o Sistema de Indemnização aos Investidores. Esse valor estava parcialmente coberto por garantia real oferecida através da constituição de penhor sobre Obrigações do Tesouro que integram o saldo da conta “22 - Investimentos detidos até à maturidade” e cujo valor de balanço era de 43,140.36 euros.

7. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2010, foram os seguintes:

Activos tangíveis:	31.12.2009		Movimentos em 2010			31.12.2010
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências, abates e regulariz.	Valor líquido
Obras em imóveis arrendados	52.298,39	19.788,04	799,91	7.183,79	-73,07	26.053,40
Equipamento	388.497,17	314.408,11	94.033,95	38.719,78	-4.061,06	125.342,17
Outros activos tangíveis	1.437,99	1.437,99	274,18	248,41	-25,74	0,03
TOTAIS	442.233,55	335.634,14	95.108,04	46.151,98	-4.159,87	151.395,60

8. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício de 2010, foram os seguintes:

Activos intangíveis:	31.12.2009		Movimentos em 2010			31.12.2010
	Valor bruto	Amortizações Acumuladas	Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Transferências, abates e regulariz.	Valor líquido
Disp. de estabelecimento	12.751,27	12.751,27	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas tratamento automático de dados	199.830,52	191.205,33	485,53	4.466,26	-46,21	4.598,25
Outras	3.316,50	2.481,20	53,28	230,46	-4,83	653,29
Activos intangíveis em curso	1.079,69	0,00	0,00	0,00	0,00	1.079,69
TOTAIS	216.977,98	206.437,80	538,81	4.696,72	-51,04	6.331,23

9. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Devedores e outras aplicações		
Devedores diversos	2.207.486,77	138.481,36
Devedores por operações sobre futuros e opções	11.390.685,69	16.505.646,53
Sector público administrativo	0,00	0,00
Crédito e juros vencidos	5.812,72	3.074,12
Rendimentos a receber		
De serviços prestados	5.618.457,63	4.004.802,60
De outros rendimentos	17.412,77	24.664,53
Operações de bolsa a regularizar	1.495,41	163.334,46
Operações fora de bolsa a regularizar	8.479.500,01	6.173.139,50
Operações activas a regularizar	2.157.915,86	1.010.997,78
Outras operações a regularizar	1.876.516,49	1.908.892,00
Despesas com encargo diferido	71.702,07	41.079,87
Imparidade acumulada s/ crédito e juros vencidos	-5.805,55	-2.526,22
Provisões para risco país	-149.138,07	0,00
	<u>31.672.041,80</u>	<u>29.971.586,53</u>

Os saldos de “Devedores por operações sobre futuros e opções” representam o valor das margens iniciais e dos ganhos e perdas não realizados em posições abertas em derivados. Os saldos de “Rendimentos a receber - De serviços prestados” representam essencialmente comissões de administração de valores que são recebidas dos clientes após o final do exercício a que se referem (ver nota 15). Os saldos de “Operações de bolsa a regularizar” e “Operações fora de bolsa a regularizar” representam valores a receber relativos a operações sobre valores mobiliários já havidas mas em que ainda não ocorreu a respectiva liquidação financeira. Os saldos de “Operações activas a regularizar” referem-se, essencialmente, ao pagamento antecipado de subscrições de fundos de investimento de que ainda não se recebeu a respectiva nota de execução (ver nota 11). Os saldos de “Outras operações a regularizar” referem-se essencialmente a pagamentos por conta de IRC do exercício de 2010.

10. PROVISÕES

Os saldos das contas de provisões têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Provisões		
Para crédito vencido	5.805,55	2.526,22
Para riscos gerais de crédito	22.021,98	1.293,63
Para risco-país	149.138,07	0,00
Totais	<u>176.965,60</u>	<u>3.819,85</u>

11. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	457.405,67	24,27
Encargos a pagar		
Juros de recursos de outras instituições de crédito	0,00	225,91
Totais	<u>457.405,67</u>	<u>250,18</u>

12. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros e opções	24.439.401,64	22.014.547,59
Credores por operações sobre valores mobiliários	43.960.830,30	36.023.485,61
Sector Público Administrativo	121.448,97	93.988,60
Remunerações a pagar	427,96	18.321,86
Consultores, Assessores e Intermediários	199,20	372,59
Fornecedores de serviços e bens	541.076,19	65.828,62
Operações de bolsa a regularizar	10.074,39	161.181,17
Operações fora de bolsa a regularizar	8.470.955,56	6.434.343,96
Operações passivas a regularizar	4.030.320,96	12.830,40
Outras operações a regularizar	3.193.502,65	2.178.822,15
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	236.865,83	225.794,30
Por gastos gerais administrativos	164.917,90	412.759,56
Outros	3.098,05	627,39
Totais	<u>85.173.119,60</u>	<u>67.642.903,80</u>

Os saldos de “Credores por operações sobre futuros e opções” e “Credores por operações sobre valores mobiliários” representam os recursos de clientes entregues à sociedade para realizar operações nos mercados a prazo e nos mercados a contado, respectivamente. Os saldos de “Operações de Bolsa a regularizar” e “Operações Fora de Bolsa a regularizar” representam valores a pagar relativos a operações sobre valores mobiliários já havidas mas em que ainda não ocorreu a respectiva liquidação financeira. Os saldos de “Operações passivas a regularizar” referem-se, essencialmente, ao pagamento antecipado de subscrições de fundos de investimento de que ainda não se recebeu a respectiva nota de execução (ver nota 9). Os saldos de “Outras operações a regularizar” incluem imposto sobre o rendimento a pagar (ver nota 20).

13. CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Capital	3.742.109,00	3.742.109,00
Prémios de emissão	3.176,16	3.176,16
Acções Próprias	-3.566.698,54	-3.566.698,54
Reserva Legal	2.346.384,00	1.746.560,00
Outras reservas		
Indisponível	3.566.698,54	3.566.698,54
Reservas livres	1.520,78	1.114,15
Resultado líquido do exercício	<u>7.763.501,05</u>	<u>5.998.230,63</u>
	<u><u>13.856.690,99</u></u>	<u><u>11.491.189,94</u></u>

O capital da sociedade é representado por 1.069.174 acções nominativas com o valor nominal unitário de 3,50 euros. Em 31 de Dezembro de 2010 a sociedade detinha 94.711 acções próprias.

Em Setembro a sociedade distribuiu reservas livres no valor de 5.398.000,00 euros.

14. JUROS, RENDIMENTOS SIMILARES E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Juros e rendimentos similares		
De disponibilidades sobre Inst. de crédito no país	20.889,34	701.507,23
De disponibilidades sobre Inst. de crédito no estrangeiro	57.384,17	9.309,79
Outros activos financeiros	<u>88.713,21</u>	<u>27.590,40</u>
	<u><u>166.986,72</u></u>	<u><u>738.407,42</u></u>
Juros e encargos similares		
De recursos Instituições crédito no país	-21,57	-146,36
De recursos Instituições crédito no estrangeiro	<u>-1.073,37</u>	<u>-14.716,71</u>
	<u><u>-1.094,94</u></u>	<u><u>-14.863,07</u></u>

15. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL E RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Rendimentos de instrumentos de capital		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por não residentes		
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment, S.A.	0,00	118.938,80
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de Capital		
APMI - Atrium Portfolio Management and Investment, S.A.	<u>-120.605,65</u>	<u>0,00</u>
	<u><u>-120.605,65</u></u>	<u><u>118.938,80</u></u>

16. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços prestados		
Administração de valores	10.126.323,02	7.375.734,13
Comissões de constituição de fundos	86.553,53	295.174,22
Consultadoria	9.075,00	0,00
Outros	78.487,70	101.009,40
Por op. realizadas p/ conta terceiros	<u>3.931.971,15</u>	<u>2.677.250,42</u>
	<u>14.232.410,40</u>	<u>10.449.168,17</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	-99.136,20	-61.486,50
Por operações realizadas por terceiros	-506.556,11	-302.385,18
Comissões de constituição de fundos	<u>-14.670,48</u>	<u>-52.405,60</u>
	<u>-620.362,79</u>	<u>-416.277,28</u>

Os rendimentos de administração de valores representam comissões de gestão de carteiras de clientes. Os rendimentos por operações realizadas por conta de terceiros representam comissões de intermediação de instrumentos financeiros por conta de clientes.

17. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	798.495,25	706.875,55
Instrumentos derivados	951.964,52	5.683.654,53
Perdas em activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	-894.377,78	-690.096,12
Instrumentos derivados	<u>-977.598,83</u>	<u>-5.226.020,05</u>
	<u>-121.516,84</u>	<u>474.413,91</u>

18. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Descontos obtidos	2.178,31	60,83
Rendimentos de exercícios anteriores		
Gastos gerais administrativos	0,00	18,22
Comissões recebidas	388.220,77	94.490,73
Outros	20.287,31	26.269,60
Outros	<u>50.099,23</u>	<u>21.586,01</u>
	<u>460.785,62</u>	<u>142.425,39</u>
Outros encargos e gastos operacionais		
Encargos de exercícios anteriores		
Gastos gerais administrativos	-1.779,73	-1.096,15
Outros	-2.405,53	-34,53
Donativos	-46.608,80	-24.840,00
Outros	-122.508,57	-42.187,87
Outros impostos		
Taxas de supervisão	-136.346,21	-107.656,45
Outros	<u>-212,55</u>	<u>-515,86</u>
	<u>-309.861,39</u>	<u>-176.330,86</u>
TOTAL	<u>150.924,23</u>	<u>-33.905,47</u>

19. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Remuneração órgãos de gestão e fiscalização	-189.165,21	-186.145,98
Remuneração de empregados	-654.972,58	-733.992,22
Encargos sociais obrigatórios	-161.275,28	-166.433,80
Outros custos com Pessoal	<u>-28.898,61</u>	<u>-41.501,17</u>
	<u>-1.034.311,68</u>	<u>-1.128.073,17</u>

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31.12.2010	31.12.2009
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	-47.704,49	-44.063,30
Outros fornecimentos de terceiros	-16.425,22	-19.583,11
Com serviços		
Rendas de instalações	-113.256,00	-112.221,28
Aluguer de equipamento	-172.493,08	-207.013,74
Comunicações	-56.595,73	-66.083,63
Deslocações, estadas e representação	-105.207,58	-214.877,73
Publicidade e edição de publicações	-22.486,67	-28.231,20
Conservação e reparação	-10.794,78	-13.505,04
Formação de pessoal	-6.973,57	-8.442,13
Seguros	-13.178,15	-11.710,42
Serviços especializados		
Avenças e honorários	-177.572,36	-152.251,70
Judiciais, contencioso e notariado	-32.327,60	-35.002,12
Informática	-84.921,24	-73.505,60
Limpeza	-8.085,36	-7.530,00
Informações	-74.557,33	-69.022,13
Outros serviços especializados	-7.159,20	-6.030,78
Outros serviços de terceiros		
Estacionamentos e portagens	-27.303,93	-24.758,21
Consultoria financeira	-499.932,03	-469.498,78
Outros	-47.251,70	-30.174,20
	<u>-1.524.226,02</u>	<u>-1.593.505,10</u>

21. IMPOSTOS CORRENTES

Sobre o lucro do exercício incide IRC às taxas em vigor, e uma taxa municipal, a derrama, à taxa de 1,5%. Os encargos com viaturas ligeiras de passageiros e as despesas de representação são tributados autonomamente à taxa de 10%, nos termos do n.º 3 do artigo 88.º do Código do IRC.

A carga fiscal imputada ao exercício foi de 3.193.359,07 euros. Os pagamentos por conta de IRC efectuados em 2010 foram de 1.822.893,00 euros.

No início de 2008, a sociedade foi informada de que a Administração Fiscal indeferiu um pedido de transmissibilidade de prejuízos fiscais, na sequência da fusão com a "Portfolio Managers - Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.". Não concordando com a decisão e

respectiva argumentação da Administração Fiscal, em Abril de 2008 a sociedade contestou judicialmente.

22. OPERAÇÕES A PRAZO E ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

No quadro seguinte, indicam-se as posições em operações a prazo ainda não vencidas a 31.12.2010:

Contrato de Futuro	Quantidade		Finalidade
	Longa	Curta	
Euro Forex Currency Future	0,58634		Cobertura de riscos inerentes a elementos patrimoniais constantes do balanço
H-Shares Index Future	0,00483		
Japanese Yen Future		0,22715	
Russel 2000 Mini Future		0,86554	
S&P 500 Future	0,12964		
US Long Bond Future	0,17455		

Para cobrir o risco de variação da taxa de câmbio inerente a elementos patrimoniais constantes do balanço e a receitas futuras com exposição económica ao Dólar americano, a sociedade comprou Forwards EUR/USD que liquidam em Julho de 2011:

	<u>Moeda</u>	<u>Valor em USD</u>	<u>Total valias em EUR</u>
Currency Forwards			
EUR/USD € 625.000 @ 1,3094	USD	-818.000,00	24.000,00
EUR/USD € 875.000 @ 1,2877	USD	-1.126.000,00	48.000,00

O montante global dos elementos do activo e o montante global dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira, convertidos em euros são, respectivamente, de 50.179.109,81 euros e 47.120.875,59 euros.

23. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

No quadro seguinte, apresentam-se elementos da demonstração de resultados ventilados por linhas de negócio.

31.12.2010			
(unidade: Milhares de Euro)			
Trading	Gestão de activos	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	89	78	167
Juros e encargos similares		-1	-1
Rendimentos de serviços e comissões	14.223	9	14.232
Encargos com serviços e comissões	-619	-1	-620
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-122		-122
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-121		-121
Resultados de reavaliação cambial	58		58
Outros resultados de exploração	270	-119	151
PRODUTO BANCÁRIO	-96	13.874	-34
			13.744

24. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas anuais da sociedade vão ser consolidadas nas contas anuais da “Atrium Investimentos - SGPS, S.A.”.

Lisboa, 18 de Fevereiro 2011

A Técnica Oficial de Contas
(TOC 51852)

Andree Melo

O Conselho de Administração

Carlos Manuel António
Asserme de
Albuquerque

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

O presente documento é elaborado nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010.

A. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O NÚMERO 3. DO ARTIGO 2.º E O ARTIGO 3.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

O alinhamento dos interesses dos membros do Conselho de Administração com os interesses da sociedade decorre do facto os administradores deterem participações económicas muito significativas no capital da sociedade. Com efeito, cada um dos três administradores executivos detém uma participação de 13,2% e, em conjunto, os administradores detêm uma participação de 39,6%.

Nos termos das exigências legais e regulamentares, nos parágrafos seguintes do presente documento presta-se informação variada sobre a adopção, ou não adopção, pela sociedade, de um vasto leque de medidas, tais como, por exemplo, a existência de uma componente variável da remuneração dos administradores, o diferimento do seu pagamento, o seu pagamento em valores mobiliários emitidos pela própria sociedade, e a existência de planos de opções. Todas estas medidas destinam-se a alinhar os interesses dos administradores com os interesses da sociedade.

No caso concreto da sociedade, mais relevante que essas medidas, é a participação significativa dos administradores no capital da sociedade que faz depender a sua remuneração total da gestão prudente dos riscos da actividade, da riqueza criada para os accionistas, e da sustentabilidade da sociedade a prazo, assegurando eficazmente o alinhamento dos interesses dos administradores com os da sociedade.

A componente variável da remuneração dos administradores é decidida pela Assembleia Geral e depende do desempenho individual e do desempenho da sociedade como um todo. A componente variável da remuneração deve ser inferior a 20% da remuneração total.

Não há planos de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções por parte de membros do Conselho de Administração ou do Fiscal Único.

A componente variável da remuneração é determinada e paga em cada ano.

A remuneração variável só deve ter lugar se for sustentável à luz da situação financeira da instituição, e se se justificar à luz do desempenho do administrador em causa. O total da

remuneração variável deve de um modo geral ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.

Remuneração auferida pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização em 2010
(Euros)

Nome	Função	Remuneração fixa	Remuneração variável	Remuneração total
João Carlos Peça Nunes da Fonseca	Presidente do Conselho de Administração	54.600,00	6.000,00	60.600,00
António Manuel Baptista dos Santos Almeida	Vogal do Conselho de Administração	54.600,00	6.000,00	60.600,00
Mário Luís Cruz Dias Vigário	Vogal do Conselho de Administração	54.600,00	6.000,00	60.600,00
Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC	Fiscal Único	9.600,00	-	9.600,00
Jorge Bento Martins Ledo (ROC)	Suplente do Fiscal único	-	-	-

B. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2010

- a) A política de remuneração é definida pela Assembleia Geral.
- b) A componente variável da remuneração é paga inteiramente nos primeiros meses de cada ano.
- c) O alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses de longo prazo da sociedade resulta do facto de os primeiros deterem participações muito significativas no capital da sociedade (três participações de 13,2%).

Relativamente aos administradores executivos:

- a) A avaliação de desempenho dos administradores executivos cabe à Assembleia Geral.
- b) A avaliação de desempenho dos administradores executivos considera, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a protecção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da instituição.

- c) A componente variável da remuneração deve ser inferior a 20% da remuneração total.
- d) A componente variável da remuneração é paga nos primeiros meses de cada ano.
- e) O pagamento da componente variável da remuneração variável não está sujeito a diferimento para além do referido na alínea anterior.
- f) Não é atribuída remuneração variável em acções.
- g) Não é atribuída remuneração variável em opções.
- h) Não são atribuídos prémios anuais para além do referido na alínea c) nem outros benefícios não pecuniários.
- i) Não é paga remuneração sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios.
- j) Não foram pagas nem são devidas indemnizações a ex-membros executivos do Conselho de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.
- k) Não há limitações contratuais para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador.
- l) Não foram pagos montantes a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;
- m) Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada;
- n) Não houve benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não referidos nas alíneas anteriores.
- o) Não existem mecanismos que impeçam a celebração de contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

Não existem administradores não executivos.

C. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 3.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2010

Relativamente aos colaboradores:

- a) de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos colaboradores com os interesses de longo prazo da sociedade, a remuneração inclui uma componente variável cujo valor global depende do resultado do exercício.
- b) A definição da política de remuneração cabe à Assembleia Geral.
- c) A componente variável da remuneração deve ser inferior a 33% da remuneração total.
- d) A definição do valor individual da remuneração variável resulta de uma avaliação de desempenho que atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho colectivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, e incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos

aplicáveis à actividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com clientes e investidores. A componente variável da remuneração é paga em dinheiro, de uma só vez, nos primeiros meses do ano seguinte àquele a que respeita.

D. INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 1 DO ARTIGO 4.º DO AVISO DO BANCO DE PORTUGAL N.º 1/2010

Na interpretação da informação que se apresenta a seguir, e especialmente, no que se refere ao ponto referente à remuneração dos membros do órgão de administração, é importante recordar que cada um dos três administradores detém uma participação de 13,2% no capital da sociedade. Tal incentiva a gestão prudente dos riscos da actividade, a criação de riqueza e a sustentabilidade de longo prazo da instituição, de uma forma mais eficaz que, por exemplo, a atribuição de remunerações variáveis, participações nos resultados ou planos de opções.

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Carta Circular n.º 2/10/DSBDR do Banco de Portugal:

- I. ASPECTOS GERAIS
 - I.1. Recomendação adoptada.
 - I.2. Recomendação adoptada.
 - I.3. Recomendação adoptada

 - II. APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
 - II.1. Recomendação adoptada.
 - II.2. Recomendação não adoptada: a política de remuneração dos colaboradores é aprovada pela Assembleia Geral.
 - II.3. Recomendação adoptada.
 - II.4. Recomendação adoptada.
 - II.5. Recomendação adoptada.

 - III. COMISSÃO DE REMUNERAÇÃO
 - III.1. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.
 - III.2. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.
 - III.3. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.
 - III.4. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.
 - III.5. Recomendação não aplicável: não existe Comissão de remuneração.

 - IV. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO
 - IV.1. Recomendação adoptada.
-

- IV.2.** Recomendação adoptada.
- IV.3.** Recomendação não adoptada: os administradores já são accionistas da instituição.
- IV.4.** Recomendação não adoptada: pelo facto de serem accionistas da instituição, os administradores têm o seu interesse alinhado com a continuação do desempenho positivo da instituição a médio e longo prazo.
- IV.5.** Recomendação não aplicável: a remuneração variável não é sujeita a diferimento.
- IV.6.** Recomendação não aplicável: os membros do órgão de administração não são pagos em instrumentos financeiros.
- IV.7.** Recomendação não aplicável: os membros do órgão de administração não são pagos em instrumentos financeiros.
- IV.8.** Recomendação não aplicável: a remuneração variável não compreende a atribuição de opções.
- IV.9.** Recomendação não aplicável: os membros do órgão de administração não são pagos em instrumentos financeiros.
- IV.10.** Recomendação não aplicável: não existem membros não executivos do órgão de administração.
- IV.11.** Recomendação não aplicável: não está estabelecida compensação para qualquer forma de destituição sem justa causa.

V. REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES

- V.1.** Recomendação adoptada.
- V.2.** Recomendação não adoptada: a componente variável da remuneração é paga em dinheiro porque a instituição não tem instrumentos financeiros cotados em bolsa.
- V.3.** Recomendação adoptada.
- V.4.** Recomendação não adoptada: os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho envolvem uma componente subjectiva e qualitativa que, por isso, não é inteiramente mensurável.
- V.5.** Recomendação adoptada.
- V.6.** Recomendação não adoptada: o valor da remuneração variável não é tão expressivo que justifique o o pagamento do seu diferimento no tempo.
- V.7.** Recomendação não aplicável: não há parte da remuneração variável sujeita a diferimento.
- V.8.** Recomendação adoptada.

VI. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

- VI.1.** Recomendação não adoptada: não existem várias funções de controlo na instituição.

VI.2. Recomendação não adoptada: não existem várias funções de controlo na instituição.

VII. GRUPOS FINANCEIROS

VII.1. Recomendação adoptada.

VII.2. Recomendação adoptada.

VII.3. Recomendação adoptada.

VII.4. Recomendação adoptada.

Lisboa, 26 de Janeiro de 2011

Conselho de Administração



A. Almeida


CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Atrium Investimentos – Sociedade Financeira de Corretagem, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de balanço de 99.509.238 euros e um total de capital próprio de 13.856.691 euros, incluindo um resultado líquido de 7.763.501 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Atrium Investimentos – Sociedade Financeira de Corretagem, SA**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005 de 21 de Fevereiro de 2005.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

Lisboa, 31 de Março de 2011



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC
Sede: Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **Atrium Investimentos – Sociedade Financeira de Corretagem, SA**, durante o exercício de dois mil e dez, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2010, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 31 de Março de 2011

O Fiscal Único



- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)